

REPROVAÇÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR) – CAMPUS IVAIPORÃ

Tatiana Oliveira Couto Silva

Mestra em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Servidora do Instituto Federal do Paraná.

Álison de Almeida Santos

Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Agente de Suporte Acadêmico – CAEd/UFJF.

Priscila Campos Cunha

Mestra em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Analista de Formação em EaD – CAEd/UFJF.

Eduardo Magrone

Doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Professor Adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a reprovação escolar no Ensino Médio profissional, especificamente no contexto do Instituto Federal do Paraná (IFPR) – *campus* Ivaiporã. A metodologia utilizada foi o estudo de caso de caráter qualitativo, com coleta de dados em análise documental, pesquisa bibliográfica, entrevista com os gestores e aplicação de questionários a professores e estudantes. Os resultados desta pesquisa demonstram que discentes e docentes atribuem principalmente aos alunos a responsabilidade pela reprovação escolar na instituição, embora saibamos que ela está relacionada a uma série de fatores. Conclui-se que vários aspectos devem ser abordados, visando melhorar o rendimento escolar dos estudantes, especialmente a necessidade de aprimorar o processo de acompanhamento pedagógico e torná-lo mais efetivo.

Palavras-chave: Reprovação escolar. Educação Profissional. Instituto Federal do Paraná.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the school failure in the high school level in the professional education, in special on the context of Instituto Federal do Paraná (IFPR) – *Ivaiporã campus*. The methodology used was the study in qualitative case, with collect of data and document analysis and bibliographic researches and interview with managers, teachers and students. The results of this research show that students and teachers attribute mainly to students the responsibility for school failure in the institution, although we know that it is related to a number of factors. It is concluded that several aspects must be addressed to improve the academic performance of students, especially the need to improve a more effective pedagogical monitoring process.

Keywords: School Failure. Professional Education. Instituto Federal do Paraná.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar a reprovação escolar na Educação Profissional integrada ao Ensino Médio, entre os anos de 2012 e 2014, tendo como base o contexto escolar do Instituto Federal do Paraná, especificamente o *campus* da cidade de Ivaiporã, localizada na região central do estado do Paraná.

Uma das principais dificuldades no sistema educacional brasileiro é a permanência dos alunos na escola até a conclusão da Educação Básica. Infelizmente, grande parte do alunado brasileiro não consegue seguir esse percurso sem passar por obstáculos, tais como o atraso na iniciação escolar, a reprovação ou a desistência dos estudos por motivos diversos. Esses empecilhos originam o fenômeno escolar conhecido por “distorção idade-série” que se expressa pela diferença entre a idade do aluno e a idade indicada para a série que ele está cursando.

Segundo dados do INEP, em 2012, o índice de reprovação no Ensino Médio da rede pública foi de 13,1%, enquanto as instituições particulares tiveram taxa de 6,1%. Para o 1º ano do Ensino Médio, a taxa de reprovação gira em torno de 17,7% na rede pública (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013).

Informações obtidas junto à Secretaria Acadêmica do IFPR – *campus* Ivaiporã demonstram que, em 2013, o índice de reprovação no 1º ano do Ensino Médio foi de 22,6% (4,9% acima da média nacional da rede pública), sendo que, dos 77,4% aprovados, cerca de 50% foram aprovados levando pelo menos uma disciplina como dependência para o 2º ano. Em linhas gerais, entre transferências e reprovações, apenas 67,7% dos estudantes que ingressaram no curso em 2013 seguiram para o 2º ano e continuaram estudando no IFPR. A partir desses dados sobre o rendimento escolar no *campus* Ivaiporã, torna-se necessário investigar os possíveis fatores que conduzem a esses resultados.

Para realizar a investigação, foi efetuada uma pesquisa documental, na qual foram analisados documentos internos e externos do IFPR em Ivaiporã, incluindo a coleta de dados sobre as reprovações na própria Instituição. Além da pesquisa documental, foram aplicados questionários aos estudantes do Ensino Médio, com o objetivo de obter informações sobre o processo de ensino-aprendizagem na instituição, a relação professor-aluno, a reprovação no Ensino Médio, bem como o nível de acompanhamento da escola no dia a dia dos alunos, para atender às necessidades do estudante e de sua família, e que interferem, assim, em seu desempenho escolar.

Por fim, foram entrevistados o Diretor-Geral e a Coordenadora de Ensino; e docentes que responderam ao questionário de pesquisa voluntariamente. A entrevista versou sobre o tema da reprovação no IFPR, e permitiu uma reflexão a respeito dos índices constatados no *campus*.

BRASIL: UM PAÍS DE REPROVAÇÕES

Segundo a UNESCO (2012), o Brasil está entre os países que mais reprovam no mundo e na América Latina. Ele lidera o *ranking* de reprovação no Ensino Médio entre 20 países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela).

Em relação aos índices de reprovação no Ensino Fundamental, referentes ao ano de 2012, o Brasil (11,8%) atingiu um índice menor de reprovação do que países da África como: Serra Leoa (14,07%), Mali (19,22%), Madagascar (20,52%), Congo (22,79%) e Burundi (33,07%); e em relação à reprovação no Ensino Médio, o índice do Brasil (12,3%) perde para Moçambique (13,58%), Marrocos (15,14%), Congo (16,92%), Nigéria (19,4%) e Burundi (24,03%) (UNESCO, 2012). Todos os países citados como exemplo estão muito distantes do Brasil em questão de desenvolvimento econômico, social e educacional; entretanto, ficam muito próximos na classificação quando o assunto é a reprovação escolar.

Em 2009, com a Lei nº 12.061, que alterou o artigo 4º da LDB 9.394/96, tornou-se dever do Estado a universalização do Ensino Médio, garantindo por lei a obrigatoriedade da oferta de vagas. Essa medida pode ter contribuído para o avanço do número de jovens de 19 anos¹ que concluem o Ensino Médio. Segundo dados do Observatório do PNE (2015), o percentual de jovens nessa condição passou de 33,3%, em 2001, para 54,3%, em 2013.

Mesmo com o avanço do número de jovens concluindo o Ensino Médio, a distorção idade-série, gerada pela reprovação e pelo abandono escolar, em 2013, estava em quase 30% no Ensino Médio. Esse fenômeno acontece principalmente no Ensino Médio por este representar uma “quebra” na vida escolar dos jovens brasileiros, na conclusão do Ensino Fundamental, para uma possível entrada no Ensino Médio. Ainda é muito comum que os jovens, ao concluírem o Ensino Fundamental, entrem no mercado de trabalho e/ou constituam famílias e não cursem o Ensino Médio.

A reprovação cria um desgaste psicológico que pode levar o aluno ao abandono escolar. Segundo o Relatório “Educação de Qualidade para Todos: um assunto de direitos humanos”, da UNESCO,

[...] a repetência e o conseqüente atraso escolar, não só implica um desperdício de recursos, tanto públicos quanto das famílias, mas também afeta negativamente as probabilidades de prosseguimento e conclusão dos estudos dos atingidos. Desse ponto de vista, e de acordo com uma concepção da educação como um direito, o “fracasso escolar”, habitualmente entendido como um fracasso dos estudantes aos quais a reprovação concede uma “segunda oportunidade” deve ser mais bem visto como um

1. O IBGE, para realização da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, que investiga anualmente características gerais da população, estabelece como indicador a idade adequada de 16 anos para a conclusão do Ensino Fundamental, e, para a conclusão do Ensino Médio, 19 anos.

fracasso da operação do sistema educacional que não garante aos estudantes a continuação fluida dos estudos e, finalmente, reduz suas oportunidades em vez de proporcionar-lhes outras novas (UNESCO, 2008, p.57).

No estudo “Fatores Associados ao Sucesso Escolar” (FASE), elaborado por Felício e pela Fundação Itaú Social (FELÍCIO, 2010), são analisados diversos fatores que contribuem para o sucesso escolar. No estudo foi verificado que, quanto maior a escolaridade dos pais, o nível socioeconômico da família, o maior acesso aos bens culturais e o fato de morar com o pai e a mãe, maior o índice de sucesso escolar do aluno. Já o fato de o estudante morar só com o pai ou a mãe (ou ainda, sem nenhum deles), os pais possuírem menor nível de escolaridade e a alternativa de o estudante trabalhar e estudar devido à necessidade socioeconômica da família representam fatores de forte relação com a reprovação escolar.

A reprovação escolar é um problema recorrente na Educação brasileira. Como afirma Paro (2002), é necessário superá-la, mas tentar apenas sair da reprovação para a aprovação automática é um erro ainda maior. É necessário criar estratégias para que o aluno aprenda, e isso inclui iniciativas de todos os envolvidos com o processo de ensino-aprendizagem, começando das instâncias governamentais superiores, passando pela legislação educacional, pelo investimento financeiro, pelas propostas político-pedagógicas das instituições formadoras de docentes, até chegar ao chão da escola, onde deve existir um compromisso dos gestores, coordenadores, pedagogos, professores, alunos, familiares e toda a comunidade escolar em favor da aprendizagem do aluno.

Nesse sentido, na próxima seção, serão abordados os índices de reprovação observados no Instituto Federal do Paraná (IFPR) – *campus* Ivaiporã.

A reprovação no Instituto Federal do Paraná – *campus* Ivaiporã

Os Institutos Federais surgiram em 29 de dezembro de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.892, tendo como proposta a renovação da Educação Profissional brasileira, principalmente para o Ensino Médio que, visando a uma formação integral, além de fomentar o ensino de uma profissão para o aluno, também o prepara com uma forte fundamentação dos componentes curriculares da base comum nacional (BRASIL, 2008).

A atuação do IFPR no município de Ivaiporã teve início em 2009 como Unidade Avançada do *campus* IFPR de Telêmaco Borba, passando ao *status* de *campus* em 2011. Em outubro de 2009, iniciaram as primeiras turmas dos cursos técnicos subsequentes em Agroecologia e em Eletrotécnica, totalizando 60 alunos.

Os cursos profissionalizantes na modalidade de Ensino Médio Integrado tiveram início no IFPR de Ivaiporã em 2012. A primeira turma iniciada foi a de Técnico em Informática, com um total de 30 alunos. Em 2014, o *campus* contava com os cursos de Ensino Médio Técnico Integrado em Informática (3 turmas) e Técnico Integrado em Eletrotécnica (1 turma), Técnico em Agroecologia ofertado na modalidade concomitante (2 turmas), e o curso técnico subsequente em Eletrotécnica (2 turmas), totalizando 230 alunos ativos (frequentes), em novembro de 2014.

Dos 379 estudantes ativos no *campus*, 226 cursam o Ensino Médio no IF, 49 cursam o Ensino Médio em outra instituição e 104 já concluíram o Ensino Médio. Dos alunos do Ensino Médio, 8 são maiores de 18 anos (3,6%), e 218 alunos (96,4%) estão na faixa etária entre 14 e 17 anos.

Dados de dezembro de 2013 sobre aprovação e reprovação dos alunos do 1º ano do Ensino Médio Integrado do curso de Técnico em Informática, coletados na secretaria acadêmica do *campus* Ivaiporã, demonstram índice de reprovação na série de 22,6% dos alunos, sendo que, dos 77,4% aprovados, cerca de 50% foram aprovados levando pelo menos uma disciplina como dependência para o 2º ano. Em linhas gerais, dos alunos que ingressaram no curso em 2013, 67,7% seguiram para o 2º ano, na mesma Instituição.

Em relação aos conceitos bimestrais dos estudantes do 1º ano dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, os dados de outubro de 2014 apontam que, dos 77 estudantes matriculados no final do 3º bimestre do ano letivo, 15 possuíam conceitos “D” (aprendizagem insuficiente) consecutivos nos três primeiros bimestres em pelo menos um componente curricular, estando, assim, em linha de risco de reprovação.

No acompanhamento pedagógico realizado, os estudantes alegam que são muitas matérias (13 componentes curriculares no 1º ano) para se dedicarem e por isso não conseguem obter êxito em todas. A dificuldade maior está no fato de que, se esses estudantes levarem componentes curriculares do 1º ano como dependência anual para o 2º ano – que possui uma grade curricular com 14 componentes –, a situação ficará ainda mais difícil para os jovens alunos.

Quanto ao número de alunos matriculados no 1º ano do curso de Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, em 2012, e o número de alunos ativos na turma, observa-se que houve uma diminuição ao longo do curso, devido às reprovações e transferências de escola. De 30 matrículas iniciais em 2012, 36,7% não estão mais frequentando o curso.

Segundo Paro (2003), a reprovação escolar está diretamente ligada à avaliação. O que se avalia na escola, como e quando o processo é realizado, envol-

ve muito mais do que um conteúdo ensinado em uma série escolar: envolve uma relação de poder. Os professores e os gestores escolares possuem o poder de decidir o futuro do aluno, permitindo que este, diante de suas atitudes no dia a dia escolar, siga para a série seguinte ou permaneça naquela em que se está usando a reprovação como uma punição.

Assim, compreendemos que a reprovação escolar não pode ser considerada como responsabilidade única do aluno ou da escola, mas está sim representada por uma cadeia de fatores, tais como: avaliação, dificuldades de aprendizagem, relações familiares, relações sociais, fatores socioeconômicos, falta de interesse do aluno, fatores psicológicos, concepção de educação e organização da instituição de ensino.

Na seção a seguir, a análise sobre a reprovação no Ensino Médio, principalmente, na modalidade integrada à Educação Profissional, será aprofundada, buscando-se compreender as causas, as consequências e as possíveis soluções para o problema, com base nas pesquisas realizadas, à luz do referencial teórico.

ANÁLISE DO CONTEXTO DO IFPR – CAMPUS IVAIPORÃ: ESTRATÉGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM E PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES

Para realizar uma análise sobre o contexto didático-pedagógico do IFPR *campus* Ivaiporã/PR, conhecer a opinião dos professores, estudantes e gestores do *campus* sobre temas como a reprovação escolar, as políticas de ações afirmativas e o papel que a instituição tem desempenhado no município e região do Vale do Ivaí, foi realizada uma pesquisa de campo, em que estudantes e professores, de forma voluntária e anônima, responderam a um questionário; e o Diretor-Geral e a Coordenadora de Ensino foram entrevistados. A análise dos dados coletados está descrita nas seções a seguir.

O perfil e a percepção dos estudantes sobre o contexto escolar

O objetivo de aplicar um questionário aos estudantes das turmas de 2º, 3º e 4º anos dos cursos técnicos em Informática e em Eletrotécnica integrados ao Ensino Médio do IFPR *campus* Ivaiporã foi conhecer um pouco da vida escolar dos estudantes, sua dedicação aos estudos, seu olhar em relação aos processos de ensino-aprendizagem no curso, a relação com os professores e a importância do IFPR em suas vidas.

Foi elaborado um questionário para ser respondido de maneira voluntária e anônima, com perguntas objetivas e duas discursivas. A primeira questão dis-

cursiva solicitava que o respondente escrevesse a sua opinião sobre a reprovação escolar, e a segunda era uma oportunidade para o estudante citar alguma sugestão, reclamação ou crítica sobre a Instituição. No total, foram entregues 116 questionários, dos quais 65 (56,03%) retornaram respondidos.

Em relação ao tipo de escola na qual o aluno cursou o Ensino Fundamental, os dados coletados apontam para um total de 47 estudantes (72,3%) oriundos de escola pública, 10 estudantes (15,4%) que declararam ter cursado o Ensino Fundamental integralmente em escola particular, e 08 estudantes (12,3%) que cursaram o Ensino Fundamental parcialmente em escola pública e particular.

Ao serem perguntados se, no ano de 2014, eles haviam obtido conceito “D” (insatisfatório) em algum bimestre, 2 participantes não responderam, 15 responderam que não, 2 responderam que ficaram com conceito “D”, mas não responderam em quantas matérias, e 46 participantes (76,2%) afirmaram ter finalizado pelo menos um bimestre com conceito “D”.

É interessante observar que, dos 15 estudantes que declararam não ter concluído nenhum bimestre de 2014 com conceito “D”, a maioria cursou o Ensino Fundamental em escola pública (7 estudantes), 4 cursaram parcialmente em escola pública e particular, e apenas 2 cursaram o Ensino Fundamental integralmente em escola particular, o que demonstra que os alunos oriundos da rede pública da região estão obtendo sucesso escolar no IFPR e não apenas aqueles que cursaram o Ensino Fundamental na rede privada.

Em relação à reprovação – não apenas no IFPR, mas durante a vida escolar –, dos 65 participantes, 60 (92,3%) declararam nunca ter reprovado de série escolar, 4 (6,15%) declararam ter reprovado uma vez, e um participante não respondeu. O resultado obtido nesta questão difere do número de reprovações registrado na secretaria acadêmica. Como o questionário não foi censitário, mas voluntário, e 56,03% do público-alvo participou, diversos fatores podem justificar esse resultado: pode-se supor, por exemplo, que os estudantes que reprovaram não responderam ao questionário; que alguns reprovados já mudaram de escola; que os reprovados no 1º ano de 2014 estão nas turmas de 2015 e, nestas turmas, não foi aplicado o questionário. Podemos verificar a reprovação e a transferência de escola pelo índice de matrículas e alunos ativos nos cursos, como na turma do Ensino Médio Integrado Técnico em Informática, que iniciou em 2012 com 35 alunos, e finalizou 2014 com 19 matriculados.

Em relação aos motivos para a reprovação escolar, dos 61 estudantes que responderam, a maioria utilizou frases simples, como “*Não estuda*”, “*Não se esforça*”, “*Falta de interesse*”, “*Não se dedica, não se compromete*”, “*Devido ao acúmulo de matérias*”, “*Defasagem do ensino fundamental*”, “*Falta de atenção*”, atribuindo a responsabilidade da reprovação aos próprios alunos.

Dos estudantes que responderam à questão, 40 participantes (75%) atribuíram a reprovação unicamente ao esforço e interesse do aluno, 11 estudantes (18,33%) citaram os métodos de ensino e de avaliação e o relacionamento com os professores como fatores que contribuem para a reprovação, e 4 participantes (6,66%) atribuíram a reprovação também aos problemas familiares.

Sobre os acompanhamentos pedagógicos que o estudante teve nos componentes curriculares em que apresentou dificuldades em 2014, 52,3% dos respondentes declararam que não receberam acompanhamento individual do professor nas matérias em que tiveram dificuldades. Não se pode afirmar que eles não receberam mesmo tendo procurado este acompanhamento, pois não foi questionado a respeito dessa busca ativa do próprio aluno. Contudo, de qualquer forma, esse ponto parece preocupante, pois a maioria dos professores do *campus* trabalha em regime de dedicação exclusiva e deve reservar 4 horas semanais para o atendimento ao aluno.

Em relação ao encaminhamento e à participação no reforço, foram verificados 60% de encaminhamento e 77% de frequência nessas aulas, outro fator que merece atenção. Um ponto positivo é o de que alguns estudantes, mesmo não sendo encaminhados para o reforço, dele participam por interesse próprio, já que as aulas são abertas para todos os estudantes.

Sobre o acompanhamento da equipe pedagógica, os dados comprovam que é necessário reforçar o acompanhamento dos estudantes, já que 60% dos participantes alegaram não ter recebido este acompanhamento durante o ano. No que diz respeito ao auxílio da família nos estudos em casa, 63,07% afirmam que receberam apoio familiar.

Quanto aos alunos que estudam e trabalham ou só estudam, dos 65 participantes, 56 responderam que só estudam (86,1%), enquanto que os outros 13,9% responderam que estudam e trabalham, sendo que 6 participantes responderam que trabalham com a família, 2 declararam trabalhar como estagiários e 1 estudante declarou trabalhar como aprendiz em empresa ou comércio.

As próximas questões investigavam a opinião dos participantes sobre o tempo dedicado aos estudos no Ensino Fundamental e agora, cursando o Ensino Médio. A primeira delas perguntava se o participante estudava diariamente fora do horário das aulas, no Ensino Fundamental, e 61 estudantes responderam, sendo que 39 (64%) responderam que no Ensino Fundamental não realizavam estudos extraclasse, e 22 participantes (36%) responderam que sim.

A segunda, respondida por 62 participantes, questionava quantas horas diárias o aluno dedicava aos estudos no Ensino Fundamental. Do total, 90,4% dos participantes responderam que estudavam no máximo 2 horas diárias, e

apenas 9,6% responderam que no Ensino Fundamental mantinham o hábito de estudar mais do que 2 horas por dia.

A terceira questão buscou analisar quantas horas diárias o aluno dedicava aos estudos, agora que estava cursando o Ensino Médio, e 62 participantes responderam. Dos participantes, 80,5% responderam que estudavam no máximo 2 horas diárias, e 19,5% responderam que no Ensino Médio costumam estudar mais do que 2 horas por dia.

Comparando-se as respostas dadas às duas últimas questões apresentadas, percebe-se que houve um aumento nas horas de estudo dos alunos entre os ensinos Fundamental e Médio. No entanto, esse dado ainda é pouco significativo, pois, mesmo que 76,2% dos participantes tenham respondido que tiveram dificuldades nos estudos em 2014 (questão nº 04), 80,5% dos participantes declararam que ainda estudam menos de 2 horas por dia, o que demonstra a necessidade de o *campus* elaborar orientações sobre técnicas e tempo de estudo para que os alunos aprendam a desenvolver o hábito de estudar, que é diretamente ligado ao sucesso escolar.

Fazendo uma análise comparativa entre as respostas das questões, dos 06 participantes que declararam estudar mais do que 2 horas diárias no Ensino Fundamental (2 do 2º ano, 2 do 3º ano, e 2 do 4º ano), todos mantiveram ou aumentaram as horas de estudo no Ensino Médio; todos declararam ter estudado o Ensino Fundamental integralmente em escola pública; 2 declararam que já reprovaram (um na 2ª série do Ensino Fundamental e outro no 1º ano do Ensino Médio), e todos foram aprovados em 2014.

Em relação à quantidade de dias por semana em que os participantes realizam estudos extraclasse, poucos alunos (4,8%) disseram que estudam diariamente, e 77,5% dos 62 respondentes estudam menos de três dias semanais, fora do horário escolar.

A questão seguinte solicitava que o estudante avaliasse alguns aspectos do processo de ensino-aprendizagem no *campus*, em uma escala de 1 a 4, sendo 1- Ruim, 2- Regular, 3- Bom e 4- Ótimo. Dos participantes, 64 responderam, e as avaliações sobre o processo de ensino-aprendizagem no *campus* foram em sua maioria classificadas como “Bom” e “Ótimo”. Os itens mais bem classificados, unindo essas duas respostas, foram: “Métodos de ensino”, com 81,26%; “Aulas de reforço”, com 75%; e “Relação professor x aluno”, com 73,45%. Já o item “Acompanhamento pedagógico” foi classificado como “Bom” e “Ótimo” por 53,1% dos estudantes, mas foi o item que obteve o maior índice de avaliação como “Regular” (32,82%), e o 2º item com o maior índice de avaliação “Ruim” (14,1%), o que demonstra uma opinião diferente entre os estudantes e

exige uma atenção especial da equipe pedagógica para atender aos estudantes de uma forma mais efetiva.

A última questão apresentava um espaço para o estudante se manifestar, escrevendo alguma sugestão, reclamação ou crítica sobre o IFPR *campus* Ivaiporã. Dos 65 participantes, 22 não responderam (33,8%), enquanto a maioria – 43 estudantes (66,2%) – deixou algum comentário. O contexto dos comentários foi de reclamações e sugestões referentes a assuntos do dia a dia escolar que, segundo a opinião dos estudantes, precisam de melhorias, tais como: infraestrutura/organização escolar, relação professor x aluno, processo de ensino-aprendizagem e assistência estudantil.

Analisando as respostas, é possível constatar que alguns pontos são citados mais vezes, como a reclamação sobre um determinado professor que, segundo os estudantes, é muito inteligente, mas não explica bem e não atende aos alunos para reforço (07); a necessidade de mais diálogo entre estudantes, professores e gestores da escola (05); o preço alto na cantina (05); a melhor distribuição dos auxílios da assistência estudantil (05); a adequação das metodologias de avaliação (04); e a instalação de um bebedouro no Bloco 01 (04).

Diante da análise das críticas e sugestões dos estudantes, é possível verificar a necessidade de criar, na instituição, espaços de maior abertura para a participação estudantil, de modo que os estudantes tenham voz mais ativa dentro do *campus* e, assim, equipe gestora, corpo docente e técnico-administrativo possam compreender o processo de ensino-aprendizagem pela ótica do estudante, criando possibilidades de melhoria na qualidade do ensino.

O perfil e a percepção dos docentes sobre o contexto escolar

Ouvir a opinião dos docentes que estão atuando no IFPR *campus* Ivaiporã foi relevante no intuito de analisar a visão destes com relação à proposta pedagógica dos Institutos Federais e sobre o tema da reprovação, buscando compreender como eles podem colaborar com o avanço da implementação e o cumprimento das missões e valores do IFPR na região.

Para conhecer o perfil dos docentes do IFPR *campus* Ivaiporã e a opinião destes com relação ao processo de ensino-aprendizagem do IFPR, foi elaborado um questionário com questões objetivas e discursivas para ser respondido de forma voluntária e anônima, a partir de um *link* enviado por e-mail que tornava possível o acesso ao questionário *online* elaborado no Google Drive. Na ocasião da pesquisa, o IFPR *campus* Ivaiporã contava com 31 servidores docentes, sendo 26 efetivos, 04 substitutos e 01 temporário. Dos 26 efetivos,

que foram o alvo da pesquisa, 04 estavam em afastamento para mestrado, doutorado ou licença-maternidade, e 14 (53,8%) responderam ao questionário.

Dos 14 professores pesquisados, 08 homens e 06 mulheres, 01 tem doutorado, 08 têm mestrado, 04 possuem especialização e um é graduado. Sobre a área de formação em nível superior de cada pesquisado, 07 possuem Licenciatura, 05 são bacharéis e 02 declararam ter cursado a Licenciatura e o Bacharelado.

Sobre o tempo de trabalho como docente, tanto no IFPR quanto em outras instituições, apenas 02 professores disseram possuir tempo inferior a 5 anos de docência. Como docentes do IFPR, um não respondeu, 04 possuem acima de 4 anos na instituição, e 09 (64,2%) entraram recentemente, possuindo menos de 1 ano e meio de exercício no IFPR. O número elevado de novos servidores docentes na instituição explica-se pela expansão dos cursos e pela saída de professores mais antigos que conseguiram a remoção para outro *campus* de seu interesse. Nos 18 meses que antecederam a pesquisa, 11 professores efetivos entraram na instituição e 09 deles responderam ao questionário (82%), demonstrando um interesse efetivo em colaborar com pesquisas sobre o IFPR. Em contrapartida, dos professores com mais tempo de exercício no *campus*, apenas 33% responderam ao questionário.

As questões seguintes, que ainda abordavam o tema da experiência profissional docente, perguntavam sobre as instituições de ensino (públicas ou privadas) em que o professor havia trabalhado, e em quais níveis e modalidades de ensino o entrevistado havia atuado. Dos respondentes, 10 declararam ter experiência anterior tanto em escola pública como em escola particular; 03 declararam que, antes do IFPR, só atuaram em escola de rede privada; e um declarou que ser professor no IFPR é a sua primeira experiência com a docência.

Em relação à experiência com a Educação Profissional, dos 14 participantes, 06 já atuaram como docente em cursos técnicos apenas da rede pública; 01 declarou que já atuou em cursos técnicos tanto da rede pública como da rede privada; e 07 professores (50%) declararam que o IFPR é a sua primeira experiência com a Educação Profissional.

Sobre a experiência de atuação dos professores nos diferentes níveis e modalidades de ensino, foi possível verificar que as experiências docentes são bem diversificadas entre os participantes. Apenas 02 professores declararam ter experiência com um único nível de ensino: um somente com Ensino Médio, e outro somente com Educação Profissional. Um professor declarou ter experiência em todos os níveis e modalidades de ensino citados, e os demais assinalaram pelo menos três experiências. Os níveis de ensino nos quais os professores mais declararam ter experiência foram o Ensino Médio (85,7%) e

o Ensino Fundamental (64,3%), seguidos por Educação Profissional (50%) e Magistério Superior (50%).

Quanto aos impactos que a reprovação pode causar na vida escolar do estudante, dos 14 participantes, 01 não respondeu. Analisando as respostas obtidas, de forma geral, todos os participantes afirmaram que, mesmo que a reprovação tenha aspectos positivos, a desmotivação e a sensação de fracasso são aspectos de grande impacto na vida escolar do estudante. Contudo, muitos professores acreditam que a reprovação possa ser positiva para o aluno.

Essa visão dos professores sobre a reprovação fundamenta a reflexão proposta por Paro (2002), de que a reprovação e o fracasso escolar no Brasil são sempre encarados como responsabilidade do aluno, como se o sucesso escolar dependesse exclusivamente dele. Na pesquisa com estudantes, assim como na resposta dos professores, é possível verificar, como também afirma Paro (2002), que é extremamente necessário não utilizar a reprovação como um recurso pedagógico ameaçador ou punitivo, mas desenvolver no estudante o hábito de estudar.

Na sequência no questionário, ainda tratando sobre a reprovação escolar, foi perguntado ao professor se, durante sua carreira docente, ele já havia reprovado algum aluno e, no caso de reprovação, quais foram os motivos que levaram o professor a tomar essa decisão. Dos participantes, 11 responderam que já reprovaram alunos (78,6%), e 03 responderam que não (21,4%). Dos professores que responderam que já reprovaram alunos, os motivos apresentados foram desinteresse do aluno, falta de domínio de conteúdos básicos e necessários para seguir no próximo ano escolar, indisciplina e infrequência nas aulas.

A última questão solicitava ao participante que avaliasse o processo de ensino-aprendizagem no *campus*, em uma escala de 1 a 4, sendo 1- Ruim, 2- Regular, 3- Bom e 4-Ótimo. Essa questão também foi realizada com os estudantes (questão nº 10 do questionário com estudantes), mas em uma abordagem diferente da que foi feita com os professores. Comparando-se as perguntas, semelhantes para ambos os questionários, professores e estudantes classificaram os itens “relação professor x aluno” e “metodologias de ensino” como “bom”; o item sobre laboratórios, equipamentos e condições de oferta os estudantes classificaram como “bom” (43,7%), e os professores classificaram como “regular” (42,8%); e os itens de acompanhamento pedagógico, psicológico e social a maioria dos docentes classificou como “bom”, e os estudantes já tiveram impressões diferentes, classificando os acompanhamentos psicológico e social como “bom” e “ótimo”, e o acompanhamento pedagógico como “regular”.

Ainda nessa questão, nos itens que foram específicos para o questionário dos professores, verificamos que as questões sobre o processo de ensino-aprendizagem no *campus* foram em sua maioria classificadas como “regular” e “bom”, ficando apenas o item “Dedicação e compromisso dos coordenadores de curso” classificado como “ótimo” (35,7%). Os demais itens mais bem classificados e que obtiveram a resposta “Bom” foram: “Propostas curriculares dos cursos” (50%), “Dedicação e compromisso dos docentes” (50%), e “Dedicação e compromisso da equipe gestora” (46,1%). Os itens “Organização e planejamentos dos eixos” (50%), “Dedicação e compromisso dos alunos” (64,3%), e “Participação da família no processo” (75%) foram classificados como “regular”.

A reprovação e o processo de ensino-aprendizagem no *campus* Ivaiporã sob a ótica dos gestores

Para compreender a visão dos gestores sobre a reprovação e o processo de ensino-aprendizagem no *campus* do IFPR em Ivaiporã, foram realizadas entrevistas com o Diretor-Geral e com a Coordenadora de Ensino. Ambos os gestores são pioneiros na implantação do IFPR em Ivaiporã, fazendo parte dos 15% dos docentes que entraram em 2010 e permaneceram lotados no *campus* em 2015.

Na entrevista com o Diretor-Geral, foi abordado o tema do impacto na comunidade com a implantação de uma unidade do IFPR na região. Segundo o Diretor, o impacto foi positivo em vários aspectos, como o social, o educacional, e o econômico, pois o instituto proporciona inclusão social e racial, e a possibilidade de receber auxílios estudantis; oferta Educação Básica e profissional de qualidade, superior ao nível do ensino ofertado pelas escolas públicas da região; e propõe o desenvolvimento de um trabalho educativo focado no desenvolvimento de pesquisas e extensão na região.

Na sequência, foi abordado o tema dos altos índices de reprovação no IFPR, e a opinião do diretor sobre a causa desse fenômeno. O Diretor reconheceu que o *campus* tem apresentado altos índices de reprovação no Ensino Médio desde que iniciou sua oferta em 2012, tendo como motivo mais forte a defasagem de conhecimentos escolares anteriores com a qual os estudantes chegam ao *campus*, mas garantiu que a equipe gestora e pedagógica tem se organizado para acompanhar o aluno, visando reduzir os índices de reprovação, e que os resultados já começam a aparecer.

Sobre o impacto local e regional de uma cota de inclusão social e racial de 80% (estabelecida do IFPR no processo seletivo de alunos de 2015) e se o *campus* alcançou essa meta de inclusão, o Diretor respondeu que o seu impacto é positivo, pois abre oportunidade para os menos favorecidos, e que a cota de 80% não foi alcançada porque muitos que se inscreveram para cotas

não passaram no processo seletivo, tendo sido reprovados em redação, e abrindo as vagas para os candidatos de ampla concorrência.

Dando continuidade à entrevista, o Diretor foi questionado sobre os investimentos previstos para os próximos anos no IFPR Ivaiporã e como esses investimentos poderão contribuir para a melhoria da qualidade de ensino ofertada no *campus*. Ele afirmou que, em 2015, com o contingenciamento de recursos do MEC, o *campus* não poderá avançar, mas que até o momento os investimentos estão direcionados para a infraestrutura, pois o *campus* está em processo de implantação.

Finalizando a entrevista, o diretor foi questionado sobre o que o IFPR *campus* Ivaiporã está fazendo e ainda pode fazer para melhorar a qualidade do ensino e reduzir os índices de reprovação em relação aos professores, estudantes e servidores e quanto às condições de oferta. O professor e Diretor-Geral relatou que, para melhorar a qualidade do ensino com os estudantes, a equipe pedagógica está sendo orientada para trabalhar com atendimento individual e são dadas orientações coletivas sobre práticas de leitura e de estudo, principalmente após o impacto negativo de muitas notas baixas no início do ano letivo. Em relação às atividades de ambientação de novos docentes e técnicos, a partir de 2015 o *campus* começou a realizar encontros de capacitação com o foco de contextualização, apresentando as demandas locais, a história do *campus* e da região, quem são os alunos, público-alvo, metodologias de ensino do IFPR, entre outros assuntos.

Na entrevista com a Coordenadora de Ensino, buscou-se ouvir a sua opinião sobre a existência de algum diferencial entre o Ensino Médio oferecido em uma escola da rede pública estadual e o Ensino Médio oferecido no IFPR. Segundo a Coordenadora, existe um diferencial no nível de escolaridade dos professores, que são, em sua maioria, mestres e doutores; nos recursos didáticos dos laboratórios e equipamentos; na possibilidade de o estudante, desde cedo, participar do desenvolvimento de pesquisas, tendo maior acesso ao conhecimento científico de diversas áreas do saber; e por ser uma escola de Educação Profissional.

Na sequência, abordou-se o tema da situação atual do Ensino Médio brasileiro e a Coordenadora falou que, por muito tempo, o Ensino Médio brasileiro esteve em decadência e só recentemente foi iniciado um movimento no Brasil para inovar essa etapa da Educação Básica. Conforme a entrevistada, o Ensino Médio é, infelizmente, uma fase em que os jovens perdem o interesse pelos estudos, perdem valores morais e familiares, por uma característica própria do adolescente, já que, em muitos casos, eles não têm responsabilidade com o futuro. Além disso, na maioria das vezes, as escolas estão sucateadas, o pro-

fessor não é valorizado e as famílias não se envolvem com o dia a dia escolar. Nas palavras da Coordenadora, que visita escolas de Ensino Médio da região para divulgar os cursos técnicos do IFPR, as turmas de Ensino Médio estão, geralmente, com poucos alunos em aulas tradicionais, sem motivação. Segundo ela, os investimentos recentes e as propostas de um novo Ensino Médio no Brasil (entre estas, os IFs) ainda vão demorar para mostrar seus resultados.

Em relação aos altos índices de reprovação no IFPR, a Coordenadora explicou que existem várias causas possíveis, entre elas a defasagem de aprendizagem com a qual os estudantes chegam do Ensino Fundamental; a falta de organização pessoal; e a falta de um hábito de estudo, extremamente necessário para o sucesso escolar. Ela também faz uma crítica sobre a dificuldade de alguns professores que não possuem experiência com estudantes do Ensino Médio e querem imprimir nestes um ritmo de estudo e de maturidade que eles deverão possuir na graduação. A Coordenadora explica que, para ter sucesso escolar e terminar o curso com uma formação de qualidade, é necessário que o estudante se comprometa com sua aprendizagem, e isso é muito difícil de desenvolver nos jovens.

Para a professora e Coordenadora de Ensino, na formação do aluno, existe o papel do estudante, que precisa ser sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem, se envolver com as atividades da escola em todos os aspectos e aproveitar as oportunidades que recebe para tirar suas dúvidas e recuperar conteúdos; existe o papel do professor, que deve se posicionar como um mediador da aprendizagem, um incentivador da criatividade, da reflexão, da crítica, do desenvolvimento de valores humanos, na construção da cidadania, e deve respeitar o conhecimento acumulado que o estudante já possui; e também o papel da equipe pedagógica, que deve auxiliar os professores e os estudantes nos recursos didáticos e pedagógicos, identificando as principais dificuldades do processo de ensino-aprendizagem.

A última questão da entrevista com a Coordenadora foi sobre o que o IFPR *campus* Ivaiporã está fazendo e ainda pode fazer para melhorar a qualidade do ensino e reduzir os índices de reprovação, quanto aos processos de gestão do ensino, quanto à dinâmica e estruturação das atividades letivas e quanto à adequação das aulas ao perfil do público discente. Nas palavras da coordenadora,

O *campus* e o IFPR estão em construção e evolução nesses aspectos, por não ter um modelo a seguir, o que é positivo, tem muita coisa em construção e penso que todos, não só os estudantes, mas os professores, gestores e equipe de ensino estão em processo de aprendizagem e ainda existe muita coisa para fazer (COORDENADORA DE ENSINO DO *CAMPUS* IVAIPORÃ, entrevista realizada em 16 de junho de 2015).

Ainda em relação ao que pode ser feito para melhorar o ensino no *campus*, a Coordenadora relata que, em sua opinião, os professores estão muito preocupados em avaliar a aprendizagem dos estudantes, mas é muito difícil eles se autoavaliarem no processo de ensino-aprendizagem, e em seu fazer pedagógico, no uso das metodologias de ensino. Isso também serve para a equipe de ensino e de gestão: se autoavaliarem sobre aquilo que estão fazendo equivocadamente para corrigirem, o que muitas vezes não acontece.

Nas entrevistas realizadas com o Diretor-Geral e com a Coordenadora de Ensino do *campus*, ambos demonstram conhecer a missão e os valores dos IFs, ter uma boa formação didático-pedagógica e, principalmente, compreender os estudantes como o foco principal do IFPR como instituição de ensino, considerando as suas limitações e peculiaridades regionais, o que é um aspecto positivo, enquanto gestores na instituição.

No IFPR, a Direção Geral, a Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão e a Coordenação de Ensino desempenham um papel fundamental na organização do trabalho pedagógico, como planejar, sugerir, implantar e orientar as propostas de recuperação, reforço e nivelamento, realizando o papel burocrático desta atividade. No entanto, professores e estudantes também são peças chave para executar, avaliar e sugerir alternativas que possam tornar o andamento do programa eficiente, de forma que seja possível alcançar os melhores resultados possíveis.

Também é papel da equipe gestora, além de estabelecer metas, avaliar e divulgar os resultados das pesquisas sobre a proficiência dos alunos, atuar na promoção da interação e da parceria entre pais, direção, corpo docente e discente, buscando alcançar os melhores resultados possíveis na formação dos estudantes. Com uma proposta de gestão democrática e participativa, a equipe gestora do *campus* deve compreender o processo educativo não apenas pela ótica dos elaboradores das políticas públicas do IFPR, mas principalmente pela ótica do aluno, da comunidade na qual ele está inserido e do mercado de trabalho local e regional para o qual o aluno está sendo preparado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal desafio identificado no contexto investigado é a redução da reprovação dos alunos no 1º ano do Ensino Médio integrado à Educação Profissional. Os resultados da pesquisa demonstram que a maioria dos discentes atribui ao próprio aluno a responsabilidade pelas reprovações. Em relação aos professores, o resultado não foi diferente, visto que eles alegam que os principais motivos das reprovações são: o desinteresse do aluno, a indisciplina, a infrequência e a falta de domínio de conteúdos básicos e necessários para que ele possa seguir para o próximo ano escolar. Na visão do gestor, o que gera a

reprovação no *campus* é a defasagem de conhecimentos escolares dos anos anteriores. Já a Coordenadora de Ensino admite que, acerca da reprovação, vários fatores interagem: os esforços dos alunos e o papel dos professores e da equipe pedagógica da escola, que devem auxiliar tanto docentes quanto estudantes no processo de ensino-aprendizagem.

Os alunos participantes não demonstraram estar satisfeitos com o acompanhamento pedagógico, visto que um percentual expressivo avaliou esse aspecto no *campus* como regular (32,82%) ou ruim (14,1%). Neste ponto houve divergência em relação à opinião dos professores, que avaliaram bem esse aspecto. Nesse sentido, deve-se propor melhorias no acompanhamento pedagógico dos estudantes, de forma que estes se sintam amparados e não recriminados em caso de uma possível reprovação; que eles não abandonem a escola e alcancem a formação integral, até o término do Ensino Médio na instituição, superando todas as dificuldades de aprendizagem que encontrarem pelo caminho, com o apoio dos familiares e de toda a equipe escolar.

Nas discussões levantadas neste estudo sobre a reprovação escolar no Ensino Médio, principalmente no contexto do Instituto Federal do Paraná – *campus* Ivaiporã, e na participação dos estudantes, gestores e professores nesta pesquisa, ficou evidente que alguns pontos no dia a dia escolar e no processo pedagógico precisam ser fortalecidos por meio de ações conjuntas. Tais ações devem criar e/ou aperfeiçoar estratégias de ensino como acompanhamento pedagógico, metodologias de avaliação, estudos dirigidos sobre técnicas de estudo, objetivando a oferta de um ensino de qualidade que proporcione a formação dos estudantes com excelência, e que venham produzir impactos positivos no desenvolvimento social e econômico da região.

Os resultados obtidos neste trabalho permitem o levantamento de novas reflexões, dando suporte para que muitas outras pesquisas sobre o tema da reprovação no Ensino Médio profissionalizante possam ser realizadas, ampliando o campo de ação, alcançando outros *campi* do IFPR e outros Institutos Federais de todo o Brasil, que poderão ser beneficiados por propostas educacionais e/ou políticas institucionais e sociais, que contribuam para o sucesso escolar dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 18 set. 2015.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, p.1, 30/12/2008.

_____. **Lei nº 12.061 de 27 de outubro de 2009.** Altera o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12061.htm>. Acesso em: 18 set. 2015.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em: 20 set. 2014.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Indicadores educacionais** – Educação Básica – Taxas de distorção idade-série no Brasil, 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 29 mar. 2014.

FELICIO, Fabiana de. **Fatores Associados ao Sucesso Escolar:** Levantamento, Classificação e Análise dos Estudos Realizados no Brasil. Fundação Itaú Social, 2010. Disponível em: <http://www.fundacaoitausocial.org.br/_arquivo-sestaticos/FIS/pdf/fase_ultima_versao.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2015.

IFPR CAMPUS IVAIPORÃ. **PPP - Plano Político-Pedagógico.** Ivaiporã, 2014.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **Metas do PNE - 2014.** Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2015

PARO, Vitor Henrique. **Reprovação escolar?** Não, obrigado. *Jornal O Estadão*, 2002. Disponível em: <<http://www.sinpeem.com.br/sites/arquivos/downloads/reprovacaoescolar14092013.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. **Reprovação Escolar, renúncia à educação.** 2. ed. São Paulo: Xamã, 2003.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013.** Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/conteudo-tp/1479/anuario-brasileiro-da-educacao-basica-2013/>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

UNESCO. **Educação de Qualidade para todos:** um assunto de direitos humanos. 2. ed. Brasília: UNESCO, OREALC, 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001505/150585por.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015

_____. **Educação** - índice de reprovações - 2012. Disponível em:

<http://data.uis.unesco.org/Index.aspx?DataSetCode=EDULIT_DS&popupcustomise=true&lang=en>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. **Opportunities lost:** The impact of grade repetition and early school leaving. Global Education Digest, 2012. Disponível em: <<http://www.uis.unesco.org/Education/Documents/ged-2012-en.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2015.